



Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas

Desafios para a ação do movimento
na implementação das políticas

ARTICULAÇÃO
DE MULHERES BRASILEIRAS

Brasília, dezembro de 2009



Articulando
a Luta Feminista
nas Políticas Públicas

Desafios para a ação do movimento
na implementação das políticas



Articulando
a Luta Feminista
nas Políticas Públicas

Desafios para a ação do movimento
na implementação das políticas

ARTICULAÇÃO
DE MULHERES BRASILEIRAS

Brasília, dezembro de 2009

Índice

Apresentação _____ 7

Silvia Camurça e Guacira C. de Oliveira

Discussão 1

As mulheres na democratização da gestão pública e o projeto feminista _____ 9

Discussão 2

Contradições que enfrentamos na implementação de políticas para mulheres _____ 13

Discussão 3

Obstáculos à implementação de políticas justas e democratizantes _____ 17

Discussão 4

Avaliando os espaços e estratégias da luta feminista nas políticas públicas _____ 21

Discussão 5

Planejamento em políticas públicas e a questão do orçamento _____ 25

Discussão 6

Idéias e proposições para avançar em nosso modo de atuação _____ 29

Fotografias

Seminário Nacional: As Mulheres na Democratização da Gestão Pública e o Projeto Feminista _____ 33

Apresentação

Há alguns anos mulheres feministas ocupam espaços nos governos e atentam levar adiante mudanças na orientação das políticas públicas. Contudo pouco se tem refletido coletivamente sobre esta prática e seus desafios. Companheiras que viveram ou vivem esta experiência alertaram no encontro nacional da AMB em 2006 sobre a falta de espaço no movimento de mulheres para intercâmbio e reflexão crítica feminista e coletiva sobre tais experiências, que se constituem também numa estratégia para aumentar nosso poder de incidência sobre os governos executivos.

Para responder a esta demanda, a AMB instalou um novo espaço de discussão que reúne companheiras que estão atuando na luta feminista nas políticas públicas, seja como gestoras no âmbito de governos, seja como conselheiras nos espaços de controle social, ou como assessoras, além das inúmeras que fazem a luta feminista nas políticas públicas a partir do próprio movimento.

Com esta publicação buscamos garantir a memória das reflexões acumuladas no debate coletivo entre estas companheiras que se encontraram em dois momentos, nos anos de 2008 e 2009¹, para debater sobre a questão da implementação das políticas para mulheres, apontando os desafios para nosso movimento.

Por indicação das participantes destes debates, fazemos esta publicação para cumprir com uma dupla finalidade: registrar o pensamento construído coletivamente e colocar esta produção a serviço da reflexão de cada uma e de todas nós que estamos engajadas nesta estratégia.

Para contextualizar os conteúdos desta publicação, procuramos complementar a sistematização com informações sobre as mulheres na democratização da gestão pública e a implementação das políticas para mulheres no momento presente. Esperamos ter sido bem sucedidas.

A todas as participantes da oficina e do seminário nossos agradecimentos por compartilharem suas experiências e saberes.

Silvia Camurça e Guacira C. de Oliveira
p/coordenação executiva nacional da AMB.

1 Oficina preparatória (2008) e seminário nacional (2009) As Mulheres na democratização da gestão pública e o projeto feminista. Promoção AMB-Articulação de Mulheres Brasileiras, realização Cfêmea e SOSCorpo.

As mulheres na democratização da gestão pública e o projeto feminista

A luta feminista, em todo o mundo, e também no Brasil, produziu muitas alterações no Estado, suas leis e instituições, na orientação das políticas públicas e no modo de atuar dos governos. Mas nem sempre as mulheres colocaram-se da mesma maneira frente o Estado, e o Estado, ao longo da história, tratou a nós mulheres de forma muito variada. Neste texto queremos resgatar um pouco da relação entre o Estado e as mulheres e apontar os desafios de hoje para o feminismo.

No passado, durante muito tempo, e ainda hoje, por tradição de nossa cultura política, nós mulheres nos acercamos do Estado na condição de beneficiárias passivas de políticas assistenciais, voltadas essencialmente para a maternidade, o amparo à infância e à velhice. Por conta das relações de exploração, muitas de nós da classe trabalhadora empobrecida eram qualificadas pelos governos como 'carentes' enquanto outras mulheres organizavam o trabalho beneficente, na condição de 'primeiras damas', atuando a partir do lugar de esposa do vereador, mulher do prefeito, sobrinha do governador, filha do deputado,

enfim, na condição de parente/dependente e em representação dos homens da elite que detinham o poder.

No começo do século XX, por conta desta experiência, várias de nós já detinham muito saber sobre como 'administrar' o clientelismo nas comunidades, como apresentar e negociar demandas junto à classe política que, naquele período, era marcadamente composta por representantes dos interesses das oligarquias agrárias: cafeicultores, pecuaristas, usineiros.

Nas primeiras décadas do século passado, as lutas por políticas públicas não eram uma realidade como são hoje, e muitas lutas sociais centravam-se na questão da terra, onde nós mulheres éramos poucas na política, ainda que valorosas. Foi muito tempo depois que confrontamos o movimento sindical rural e passamos a ter espaço na direção das lutas no campo que por sua vez, com o passar dos anos, vieram a constituir-se em políticas públicas.

A partir dos anos 1930, com o avanço da industrialização e urbanização no país, novas formas de relação com o Estado começaram se estabelecer. Ao longo dos anos seguintes,

já não nos colocávamos mais como beneficiárias passivas de assistência do Estado, mas sim como demandantes. Com o tempo, passamos a atuar de forma organizada e coletiva, afirmando direitos e exigindo políticas públicas: políticas contra carestia, moradia, creche, transporte. Por 20 anos, do início dos anos 1970 ao final dos anos 1980, seguimos na luta por direitos com garra e muitas conquistas. Sendo que para os movimentos sociais, incluindo nós mulheres, as conquistas principais ficaram garantidas na Constituição de 1988, um marco na democratização do Estado brasileiro.

Foi na transição entre a ditadura e a Assembléia Constituinte de 88, que tomaram forma as chamados ‘as administrações democráticas’, inicialmente levadas adiante pelos setores progressistas e que se opunham à ditadura e mais tarde pelos governos liderados por partidos surgidos pós-ditadura. Estes governos abrem novas possibilidades para as mulheres atuarem na democratização da gestão pública. Rapidamente mulheres feministas, que já eram muitas neste momento, cobraram destes governos a instituição de espaços e políticas que promovessem a igualdade, direitos e liberdade para as mulheres. Surgem os primeiros conselhos e nos anos seguintes aparecem as muitas iniciativas de políticas para mulheres no plano municipal.

A luta feminista alcançou muitos avanços neste contexto favorável. As mulheres feministas inventaram

novas instituições: os conselhos de defesa dos direitos da mulher, as delegacias da mulher, o PAISM- Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, os mecanismos de políticas para mulheres. Além disso, confrontaram o poder do Estado patriarcal de muitas formas: atuando ‘por dentro’, formando o funcionalismo público, reorganizando serviços, assessorando administrações públicas e nelas trabalhando na gestão, e ‘por fora’, brigando por cotas nas eleições e democracia na política, fazendo pressão, protestos, manifestações públicas. Ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, as mulheres feministas tinham instalado uma nova forma de atuação e relação com o Estado, a de sujeito político da democratização do país e da gestão pública.

Entretanto, no último quarto do século XX, por conta do avanço da doutrina neoliberal na administração pública e o avanço da ideologia neoliberal em toda a sociedade, atravessamos um período de refluxo que ainda não está superado. A partir do neoliberalismo, emergem novas formas de relação Estado versus mulheres. De um lado, nós mulheres passamos a ser mobilizadas por diversos agentes sociais como força de trabalho voluntária para implementação de políticas sociais focalizadas e compensatórias realizadas a baixo custo. De outro, os governos retrocedem nas políticas de emprego e nas políticas sociais, aprofundando a carga de trabalho das mulheres e bloqueando avanços no campo da autonomia econômica.

Um exemplo expressivo do uso da força de trabalho feminina gratuita é o trabalho social da Pastoral da Criança, que cresceu significativamente na era neoliberal. Esta ação religiosa é apoiada financeiramente pelo Ministério da Saúde, mas seus resultados se sustentam no trabalho voluntário de centenas de mulheres da classe trabalhadora empobrecida, muitas das quais desempregadas e sem qualquer renda própria. Ou seja, justo aquelas mulheres que deveriam ser beneficiárias do Estado, são as que suportam as jornadas extensas de trabalho, em casa e na comunidade, para fazer o papel do Estado: reduzir a mortalidade infantil. A exploração das mulheres é, entretanto, mascarada pela idéia de que somos colaboradoras e parceiras imprescindíveis para os governos. O mesmo podemos dizer de outras iniciativas, a exemplo das 'fiscais do Sarney' ou o caso das agentes de saúde e sua luta por reconhecimento de direitos trabalhistas.

Quanto aos bloqueios à nossa autonomia econômica, estes crescem na era neoliberal por conta da retração da ação do Estado, que reduziu sua presença tanto na esfera da economia e da produção, como na esfera da reprodução social e vida doméstica. Ou seja, do mesmo modo que a retirada do Estado da esfera das atividades produtivas levou a privatização das empresas estatais em diferentes áreas, a retração do Estado na área reprodutiva restringiu e anulou a ação do Estado em políticas importantes que podem liberar o tempo e a força de trabalho

das mulheres, tais como escolas públicas em tempo integral, serviços de cuidados a idosos, ampliação do atendimento do SUS, investimentos em saneamento público, construção de moradias populares, pavimentação de ruas, equipamentos de lazer.

Esta política de retração do Estado na esfera reprodutiva, própria do neoliberalismo, leva a super-exploração das mulheres com a intensificação da dupla jornada de trabalho para aquelas que conseguem entrar no mercado de trabalho (formal e informal) e com a extensão do tempo total de trabalho das donas de casa, todas enfrentando piores condições para os trabalhos de cuidados com a família e com cada vez menos tempo para si mesmas.

Neste início do século 21, entretanto, aquele processo de ascensão da doutrina neoliberal que vinha se desenvolvendo, foi colocado em xeque. O quadro mundial começou a mudar. Esta possibilidade está dada em razão de três fatores e muita luta. De um lado aparecem com força nos estudos e avaliações governamentais de desenvolvimento os limites e reconhecimento do fracasso da proposta neoliberal, isto por parte de amplos setores políticos e da grande mídia internacional. De outro lado, ocorre retomada das lutas de resistência e por direitos dos movimentos sociais. E por fim, ocorrem vitórias eleitorais no Brasil e vários países da América latina, de novos governos com presença do campo da esquerda.

Nesse contexto, eclodiu a crise

financeira internacional, que pôs por terra os dogmas neoliberais. A intervenção do Estado no sistema financeiro, a injeção de recursos públicos na economia privada, foram algumas das medidas tomadas por vários governos, inclusive aqueles que sempre sustentaram o receituário do Consenso de Washington. A ordem neoliberal está em crise e o sistema capitalista está buscando outros caminhos para manter a acumulação e a concentração da riqueza.

No período recente, aqui no Brasil, em especial após a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (2004), as oportunidades para uma ação feminista na gestão pública voltaram a crescer e de forma muito significativa: novos conselhos e organismos executivos são instalados no plano estadual e municipal por todo país e multiplicam-se grupos de trabalho e iniciativas diversas em todos os níveis de governo. Hoje, a institucionalização da proposta de ‘políticas para mulheres’, leva mais e mais mulheres a ocupar espaços na gestão pública, seja pela via da participação em conselhos de direitos da mulher, seja na direção de organismos de políticas para mulheres instituídos no poder executivo, ou ainda atuando na disputa de orientação destas políticas no momento das Conferências.

O Estado, entretanto, não está transformado e a cultura política patriarcal e neoliberal não foi inteiramente superada nos governos do campo da esquerda e muito menos nos governos conservadores. Por isto,

na gestão pública convivem diferentes formas de relação do Estado com as mulheres, o que nos coloca frente a uma gama de contradições entre as velhas e novas formas de conferir lugar às mulheres na política pública. Todas as formas anteriores mencionadas permanecem e convivem com novas formas que foram se instituindo no tempo e pela luta feminista.

Nos governos conservadores, as mulheres ainda estão no lugar de ‘cliente’ e ‘mãe beneficiária-passiva’ da ação do Estado. Sempre que a perspectiva neoliberal permanece nas políticas públicas, em todos os níveis de governos, ainda nos reservam o lugar de ‘colaboradoras’, ‘parceiras’ e trabalhadoras super-explorada. Mas, estamos mantendo, nos governos progressistas, a posição de sujeito político conquistada na luta feminista, atuando como movimento de lutas por direitos, algumas de nós como gestora ou como agentes de controle social.

É neste quadro, que nós mulheres feministas precisamos resistir e confrontar velhas formas de atuação das mulheres (e homens) na gestão pública.

Precisamos seguir construindo marcos de institucionalização de práticas feministas na gestão pública condizentes com o projeto feminista de democracia, justiça, igualdade e autonomia para todas as mulheres. Esta é necessariamente a linha política da AMB na atuação na gestão pública e o nosso desafio.

Contradições na implementação das ‘políticas para mulheres’

Sabemos todas que a implementação das políticas para mulheres não está, na grande maioria das situações, sob orientação ou sob o controle de mulheres feministas. Forças políticas anti-feministas e anti-democráticas mantêm forte influência sobre as prioridades, a direção e a velocidade de implementação das políticas públicas. Percebe-se de forma bastante nítida que a implementação real de políticas para mulheres, nesta correlação de forças adversa, tem um limitado poder de democratização do Estado e resulta em muitos equívocos, além de enfrentar a esperada resistência.

Em nome das políticas para mulheres, setores conservadores promovem um renascer do ‘primeiro damismo’ e das políticas para as ‘mulheres carentes’, que supostamente apenas tem carências e nunca *direitos*. Esposas de políticos, pelo fato de serem esposa, assumem a promoção e execução de algumas iniciativas governamentais orientadas para o público feminino, sem uma visão das funções públicas que cabe ao Estado.

Nesta perspectiva, muitas iniciativas de políticas para mulheres só tem de novo este nome, mas, na

maioria dos casos, são velhas políticas que em muito pouco contribuem para promover a igualdade, enfrentam superficialmente os problemas reais na vida das mulheres e não promovem qualquer transformação do Estado e da política pública.

A disputa entre as forças neoliberais e anti-neoliberais segue acirrada. De forma recorrente mulheres continuam a ser convocadas a participar da execução de políticas públicas com baixo custo, que não avançam na universalização de direitos das mulheres, portanto não contribuem para a transformação de suas vidas.

Outra questão importante é que, na proposição de terceirizar a execução de políticas, a proposta neoliberal abre os fundos públicos a iniciativas da sociedade civil. Com isto, muitos setores conservadores e anti-feministas estão, em nome do trabalho com mulheres, acessando recursos públicos e executando políticas sociais de distintos ministérios, entre eles o da saúde, o de desenvolvimento social e outros. Estas ações nem sempre contém perspectiva favorável às mulheres, como no caso de organizações cristãs católicas, com orientação conservadora e

fundamentalista que acessam recursos públicos para trabalho social conservador e anti-feminista no campo e nas cidades.

Apesar de contextos favoráveis, mesmo nos governos do campo democrático, com frequência, corremos o risco de ver a luta feminista nas políticas públicas ficar confinada à execução do orçamento de um mecanismo de mulheres: uma secretaria da mulher ou conselho, que não atua nem tem poder de influir na ação total do governo que integra, nem tampouco competência legal para implementar a ação governamental na maioria dos setores. Quando muito, vemos a política para mulheres ficar restrita a programas e ações alocados no Plano Nacional de Políticas para Mulheres. E a sua execução, ademais, limitada aos mecanismos de mulheres do executivo, que em muitos casos sequer existem. Portanto, estamos sempre correndo risco de nossas propostas serem reduzida ao tamanho do compromisso de boa parte destes governos com a promoção da igualdade de gênero.

Sabemos todas, mas precisamos recordar sempre, que ‘políticas para mulheres’ foi a forma que encontramos para dar nome à proposta feminista de criação políticas que sejam favoráveis à mudança das condições de vida das mulheres, que sejam políticas de promoção da igualdade e justiça social. Ou seja, ao cunhar e usar a expressão ‘política para mulheres’ o movimento fazia uma denúncia e enunciava uma demanda: há políticas que não são para o bem das mulheres,

não queremos políticas públicas orientadas a favorecer os interesses da elite, demandamos políticas orientadas a favorecer os direitos das mulheres, considerando a realidade de que este é um grupo submetido a exploração e opressão capitalista, patriarcal e racista, que tem seus direitos violados. Contudo, esta concepção de política para mulheres é minoritária entre os/as agentes governamentais e setores da sociedade civil que atuam hoje na implementação de tais políticas, boa parte deles sem qualquer perspectiva feminista do debate.

A experiência que vivemos hoje demonstra que, efetivamente, o termo ‘políticas para mulheres’ se presta a muitas práticas políticas, práticas que estão orientadas por diferentes concepções de Estado e de políticas públicas. Há uma enorme disputa de significados sobre o que é fazer política para mulheres e o feminismo precisará seguir afirmando e disputando este significado sob pena de perder ou desqualificar sua própria proposta.

É preciso negar valor à políticas públicas que aprofundem desigualdades e também rejeitar a idéia de que políticas para mulheres são apenas as políticas sociais. Demandamos políticas públicas sociais e econômicas, em todas as esferas de governo, que alterem para melhor as condições de vida das mulheres e promovam a igualdade. Isto são políticas para mulheres. Ademais, reivindicamos políticas de ação afirmativa, ou seja, medidas especiais e temporárias para eliminar as desigualdades historicamente

acumuladas pelas mulheres, decorrentes da discriminação e marginalização a que estamos submetidas as mulheres, inclusive e especialmente as mulheres indígenas, negras, lésbicas, entre outros grupos sujeitos a múltiplas formas de discriminação.

Para fazer o enfrentamento deste debate e atuar melhor na disputa de orientação das políticas

para mulheres, precisamos sempre, no atual contexto, afirmar o tipo de Estado que nos interessa no presente e a compressão dos sentidos da luta feminista nas políticas públicas. Estas parecem ser duas proposições que precisamos elaborar de forma mais explícita e precisa. Por isto, doravante precisarão estar permanentemente no foco de nossos debates.

Obstáculos à implementação de políticas públicas para mulheres justas e democratizantes

A Plataforma Política Feminista (2002)², referência para nossa ação na AMB, aponta os problemas do Estado brasileiro, que é ali descrito como um Estado patriarcal, racista e orientado para os interesses de classe da elite empresarial, urbana e rural. Esta simples constatação explica os muitos obstáculos à luta feminista nas políticas públicas. As mulheres feministas que atuam na política pública precisam enfrentar, a um só tempo, as forças políticas que estão representadas nos espaços de poder e a cultura política anti-democrática que está instalada nos espaços da gestão pública e na sociedade.

Por isto, é preciso ter em mente que nosso movimento ao somar-se a outros na luta por políticas públicas coloca-se diante de uma tarefa árdua: arrancar deste Estado, patriarcal, racista e elitista, políticas públicas que promovam a igualdade, a justiça, supere a exploração e transforme a vida das mulheres. Nesta tarefa, sabemos que avançaremos com pequenas conquistas, na medida em que não abandonarmos esta luta e que democratizarmos o

acesso ao poder de governo sobre este Estado. Neste processo de luta sabemos também que seremos frequentemente derrotadas em muitas proposições e de diferentes maneiras, inclusive por cooptação. A força da resistência à mudança por parte da elite que se apropria deste Estado para seus interesses é forte e nos fecha portas, impõe obstáculos.

No atual contexto, o movimento, suas integrantes, fora e dentro de governos, passam a fazer o enfrentamento das antigas e novas contradições na prática política da gestão pública. Entre estas, destaca-se a distância entre o que é pactuado no âmbito das conferências de políticas públicas e aquilo que é efetivamente implementado pelos governos. Problema que se soma ao que de pior existe enquanto prática na gestão pública, que é a gestão privada dos fundos públicos de modo a privilegiar interesses de grupos políticos e segmentos empresariais, de grande ou pequeno porte. E há a corrupção, marca da prática política dos setores hegemônicos, que se espalha e fortalece como dado de cultura política.

2 Resultante da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, realizada por organizações do movimento de mulheres brasileiro. Para saber mais leia www.articulacaodemulheres.org.br.

No campo progressista, das esquerdas e dos movimentos sociais democráticos, estes desafios não estão inteiramente ausentes, pois este setor atua sob uma mesma cultura política hegemônica. Formas hierárquicas e centralizadoras são práticas políticas frequentes, além das disputas de interesses privatistas e corporativos.

Para nós, as mulheres feministas, a estes desafios somam-se outros, sendo importante o desafio de atuar na dinâmica das relações políticas entre as mulheres feministas no governo, as feministas nos partidos e as feministas no movimento de mulheres e outros movimentos sociais. Esta questão exige grande capacidade de aliança e enfrentamento democrático dos debates e seus conflitos no próprio movimento. Como se não bastasse, há o desafio da relação que se estabelece entre mulheres feministas e não-feministas que atuam nestes mesmos espaços.

A linha política que marca cada governo é uma resultante de vários fatores políticos: a ação das lideranças e direções dos partidos da base aliada; a força e legitimidade, na população, desta base aliada; a ação dos partidos de oposição; a cultura política e forças representadas no Legislativo; a cultura política e forças dos movimentos sociais, a ação da mídia na influência da opinião pública (contra ou a favor de determinadas medidas de governo), e o maior ou menor prestígio e aceitação do governo junto à população.

Esta dinâmica de relações de poder entre Estado e sociedade civil está ainda fortemente interdita à maioria

das mulheres por este próprio Estado e pela sociedade. Por força de nossa dominação, somos minoria entre as direções dos partidos, movimentos sociais e agentes econômicos, todos atuando sobre os governos e disputando políticas e recursos; e somos minoria nos governos executivos. Ou seja, somos minoritárias na correlação de forças atual que define a orientação que irá prevalecer nas políticas públicas em determinado governo.

Esta compreensão produziu uma série de questões para debate: quais os elementos mais problemáticos na dinâmica de poder hoje? Como esta dinâmica interfere na autonomia das gestoras feministas? Que problemas estão presentes na relação das gestoras feministas com partidos, poder executivo e poder legislativo? No espaço dos Conselhos, como esta dinâmica de relações políticas atua? E nas Conferências? Há reais possibilidades, no contexto do patriarcado capitalista, racista e globalizado, de se ter sucesso na luta feminista nas políticas públicas? Em que condições faz sentido ocupar espaços em governos e quando há reais condições de se avançar?

No executivo, a prática de contingenciamento de recursos públicos é um dos expedientes mais usados para não efetivação de políticas para públicas reduzindo o investimento nas políticas sociais em favor de investimentos que favorecem a economia capitalista em que estamos. É muito forte o poder das Secretarias da Fazenda e do Planejamento em definir prioridades de investimento. Interesses privados e particulares de partidos ou setores

do governo se sobrepõem ao interesse público.

Os mecanismos de políticas para mulheres são fracos e com pouco poder no governo que integram. Sob diferentes temas e propostas, a disputa interna nos governos e partidos é muitas vezes “rasteira” e colocam as mulheres na periferia do poder. Companheiras sem atuação na direção dos partidos da base dos governos ficam sem visão do jogo político em que estão imersas.

A gestão pública está fortemente marcada por práticas que pouco valorizam a participação, seja das mulheres, da população negra e dos setores oprimidos. Nesta correlação de forças, a pressão e atuação crítica do movimento é capturada para dentro do governo - como incompetência da gestora na tarefa de responder ao movimento e não como constitutiva do processo democrático.

No âmbito do nosso movimento os problemas também são muitos. Percebe-se um arrefecimento da luta ou refluxo organizativo dos movimentos sociais com redução do poder dos movimentos frente o Estado e isto também vale para as mulheres. Há também um desconhecimento da “máquina administrativa” e poucas pessoas qualificadas para atuar em políticas públicas, de modo que a gestora enfrenta dificuldades para rapidamente formar equipes no governo. Esta situação deixa a gestora feminista muitas vezes sem ter com quem contar além do pequeno grupo que consegue levar para o governo, quando isto acontece.

Percebe-se por outro lado, muitas

vezes, a incorporação, pela gestora feminista, do ‘modo masculino de fazer política’, reproduzindo o que há de mais tradicional na gestão pública que são as formas verticalizadas, centralizadoras e muitas vezes autoritárias, além da prática do que se considera adesismo ao poder instituído como forma de manter algum poder no governo. Há por fim falta de estratégia na gestão levando a ações incipientes e sem valor para os objetivos do movimento. Isto tudo produz uma série de tensões.

Na relação entre gestão e movimento, a crítica do movimento, muitas vezes, pertinente e politicamente significativa, é dirigida somente à gestora e não ao governo, enfraquecendo a própria gestora, que se sente incapaz de produzir os resultados esperados pelo movimento. Parece haver dificuldades de reconhecer, tanto pelo lado das gestoras feministas como do movimento, que os poucos resultados, ou a ausência dele, devem-se em grande medida ao patriarcado, ao Estado patriarcal, e não a ação desta ou daquela gestora isoladamente.

Tudo isto, aponta para uma avaliação caso a caso de *quando e como* ocupar espaços de poder nos governos. Somente a avaliação da orientação política de cada governo e o campo de aliança que lhe dá sustentação pode apontar os limites e as chances da luta feminista nas políticas públicas produzir resultados. A política (que está se tornando generalizada) de se ocupar espaços de poder, sem a análise da composição de forças que dominam este espaço, demonstra-se mais e mais equivocada a cada dia.

Espaços e estratégias da luta feminista nas políticas públicas

Nosso movimento, referimo-nos a própria AMB, é um importante segmento na produção do modelo de institucionalidade proposto para a participação nas políticas públicas. Em síntese, defendemos a existência de Conferências (espaço de formulação e negociação das políticas); defendemos organismos executivos para promover a implementação das políticas pelos governos e defendemos os Conselhos como um espaço de controle social. Mas qual avaliação temos dessa proposta agora que está sendo amplamente implementada no país?

Este modelo de institucionalidade está amplamente questionado em sua eficácia e começa a ser problematizado do ponto de vista da política de luta do movimento. Parece que a atuação nestes espaços passou a ser tomada como a única forma de atuar nas políticas públicas, o que pode induzir à redução ou a nenhuma luta política fora dos espaços institucionais dos governos, ou seja, nas ruas.

Os debates no movimento levam a pensar que este modo de atuar pode ser também um problema, uma camisa de força que prende a força e rebeldia do movimento na institucionalidade

burocrática, ao mesmo tempo que foca a luta frente ao Estado apenas no Executivo. Será que a atuação em conferências-conselhos-mecanismos executivos é suficiente para a luta feminista nas políticas públicas? Onde fica a ação sobre o Legislativo e o Judiciário? E a ação de mobilização da população de mulheres para as causas que propomos, onde fica nesta estratégia?

Os problemas identificados na ação nos espaços das **Conferências** são inúmeros. Entre eles, o problema maior é o risco de ter esse espaço desqualificado. Muitos setores políticos são contrários à democracia participativa, consideram ilegítimo esse espaço de pactuação entre governo e os movimentos, procuram manter as relações com governos no âmbito do privado ou atuam apenas via 'lobby' no Congresso, apoiando campanhas e manipulando parlamentares.

Por outro lado, os grupos sociais que participaram das conferências apresentam, muitas vezes, baixa disposição de negociação e de formulação de suas demandas. Além disso, os organismos estratégicos do Executivo não participam desses espaços ou

enviam delegados/as sem expressão e poder político, que não vão negociar, mas apenas defender interesses e prioridades deste ou daquele setor do governo. Nas pequenas cidades, muitas vezes as conferências não passam de espaços para proselitismo político do governo local e seus aliados.

Em nossa atuação como movimento de mulheres, tendemos a repetir a formulação contínua de novas demandas sem eleger prioridades, desconsiderando os processos vividos e conquistas já alcançadas. Pouco revemos e articulamos propostas que avancem na implementação do que foi conquistado em conferências anteriores. Essa prática não qualifica a demanda e as propostas feministas e nos impõe um eterno “começar do zero”.

Os problemas nos **Organismos Executivos** de políticas para mulheres são já bastante conhecidos: falta de estrutura, falta de orçamento próprio e, no presente contexto, dependência do orçamento federal (Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - SPM), além de isolamento das gestoras no governo e distanciamento do movimento. Há também muita incompreensão sobre o lugar estratégico do conselho em detrimento do organismo executivo, que muitas vezes aparecem e são percebidos como mais relevantes que o próprio movimento, que propôs e conquistou estes espaços.

No âmbito dos **Conselhos**, repetem-se problemas dos conselhos em geral: a lacuna de poder na representação governamental faz com que as decisões do Conselho não repercutam

na gestão. De fato, os conselhos não têm sido espaços efetivos de pactuação e controle social dos governos e pouco têm contribuído para comprometer o conjunto do governo com as políticas para as mulheres na perspectiva feminista.

Esses problemas variam de intensidade, a depender do arco político dos governos e de sua perspectiva, mais ou menos patriarcal. Entretanto, é recorrente a não elaboração e/ou não observância dos planos de políticas públicas, mesmo em governos progressistas. Com frequência os conselhos ficam a reboque dos interesses e prioridades do Executivo, em detrimento do controle sobre a implementação das deliberações das conferências.

Há que se ter estratégias para conseguir transformar a forma como as políticas públicas são planejadas, para mudar as diretrizes que orientam as finanças públicas e, portanto, dar outro sentido à ação do Estado com vistas a superar as desigualdades de gênero e promover a justiça social.

A estratégia feminista frente ao Estado e nos governos tem como desafio conceber as políticas públicas para e superar as desigualdades, enfrentando o seu caráter estrutural. Isso exige a ocupação dos espaços de poder, a abertura ou ampliação dos espaços públicos de decisão pela articulação entre democracia representativa e participativa, o adensamento da participação social das mulheres, enfim, a democratização do poder.

Afinal, as mulheres em geral e, em especial aquelas das camadas

populares, que estão nos estratos socialmente mais desfavorecidos, as que sofrem múltiplas formas de discriminação, dificilmente conseguem que os seus interesses sejam representados no sistema político, dominado pela elite. Por isso mesmo, um desafio para quem está à frente da gestão ou como conselheiras de políticas públicas é abrir espaço para que as mulheres possam

dialogar, negociar, consolidar compromissos junto ao Poder Público.

Mas sabemos que para orientar as políticas públicas neste sentido, o Estado tem de ser transformado. Por enquanto, ele continua sendo capitalista, racista, patriarcal, elitista. Razão pela qual, além de ter poder, também é preciso construir contrapoder, dentro e fora dos governos

Planejamento em políticas públicas e a questão do orçamento

Para as feministas no campo da AMB, planejar a política pública implica radicalizar a idéia de universalidade com respeito à diversidade, enfrentando o desafio de construir políticas capazes de enfrentar o conjunto das desigualdades que envolvem as mulheres, superar os programas pontuais, focalizados, fragmentados. E implantar políticas públicas universais, intersetoriais, e específicas para dar conta da promoção da igualdade e da justiça social.

A chamada cegueira de gênero no planejamento das políticas públicas, ou seja a definição de estratégias, o desenvolvimento de ações e a realização de despesas para um suposto “beneficiário neutro” (pretensamente, nem homem, nem mulher, nem branco, nem negro etc) tem possibilitado que a desigualdade seja reproduzida sistematicamente pelas políticas públicas. A desigualdade está sendo mantida (ou até pior, agravada) e invisibilizada, porque os processos de monitoramento e avaliação não a consideram como problema. E os poucos programas que existem para enfrentar as desigualdades, têm recursos mínimos.

Por força da lei, toda ação que os governos (municipal, estadual e

federal) podem orçar e desenvolver tem de estar contemplada no Plano Plurianual - PPA. Mas, por outro lado, nem todas as ações que estão programadas no PPA têm obrigatoriamente que ser desenvolvidas pelo governo. Daí porque consideramos fundamental a incidência política sobre o PPA - esse momento do Ciclo Orçamentário quando se definem as diretrizes da política e as ações que lhes dão consequência. Quando se perde esse momento, a experiência da luta feminista demonstra, que fica quase impossível acomodar em algum cantinho projetos a serem desenvolvidos.

Os programas de governo apresentados nas campanhas eleitorais são a base política onde o partido vencedor das eleições vai alicerçar, no seu primeiro ano de governo, a construção do novo PPA, que só passa a vigorar no segundo ano de governo (municipal, estadual ou federal). Para avançar na luta feminista é preciso participar, disputar a orientação das políticas públicas desde a campanha. Depois, seguir adiante na fase de elaboração no Executivo, inclusive demandando o debate nos conselhos

a esse respeito. Em geral, essa fase do processo é muito fechada, excluindo completamente a participação social. E é preciso democratizá-la, para que as mulheres possam inserir suas reivindicações.

Na sequência, o desafio é abrir espaço para pautar e fazer ecoar a voz das mulheres no debate do Legislativo, articulando senadoras/es, deputadas/os e vereadoras/es aliadas/os, promovendo audiências públicas. Quase sempre, é só nessa fase que se torna pública a proposta do Executivo. Apenas nesse momento é que os movimentos e, inclusive, muitos conselhos, tomam conhecimento do projeto do PPA, ou seja, depois que ele já está pronto, acabado, e já foi submetido à discussão no Congresso Nacional, Assembléias Legislativas ou Câmaras de Vereadores, conforme o caso.

A inexistência ou insuficiência de espaços de participação social na fase de elaboração do Executivo obriga a que todas as demandas dos movimentos sociais deságüem nessa outra fase de discussão no Legislativo, sem encontrar espaço político real para serem processadas. As conquistas obtidas nesse processo não são líquidas e certas. O caráter autorizativo das leis do ciclo orçamentário exige vigilância permanente, controle social para efetivá-las.

Ganhar, mas não levar..., este é um outro problema que enfrentamos pelo fato de as leis que regem o Ciclo Orçamentário serem autorizativas, ou seja, permitem, mas não obrigam os governos a executar o que

elas estabelecem. O intercâmbio de experiências na AMB demonstrou que não raro, alguns programas que as mulheres lutaram para incluir no PPA, não entraram no Orçamento Anual do município, estado ou União e, portanto, não tiveram recursos para serem desenvolvidos. Há também os casos em que o programa ou ação entra no Orçamento, mas os recursos não são liberados - ficam contingenciados e o resultado, da mesma forma, é que pouco ou nada do planejado se consegue realizar. Enfim, é preciso uma ação continuada, sistemática e para assegurar conquistas reais.

Ainda que saibamos que a disputa por políticas e recursos públicos para financiar a promoção da igualdade seja eminentemente política, o fato é que a linguagem tecnicista, economicista de todo o Ciclo Orçamentário ainda intimida a ação de algumas gestoras, dos conselhos e a própria incidência do movimento de mulheres nestes debates.

O que aprendemos em todos esses anos de luta é que o mais importante não é ter o domínio técnico dessas peças, mas saber o que se quer pautar, que ação, que programa, que política. É esse o ponto crucial onde as feministas na gestão pública e o movimento de mulheres podem fazer a diferença. A solução técnica se resolve com a ajuda de alguns/mas especialistas. Saber como se organiza o Ciclo Orçamentário, o que se pode pautar a cada momento, as alianças que se podem construir é o indispensável para uma ação política contundente,

seja no PPA, ou nas diretrizes orçamentárias, no orçamento anual e sua execução.

Uma parte importante dos recursos públicos que os órgãos de políticas para as mulheres nos estados e municípios têm para o desenvolvimento de políticas para as mulheres vem da União, na grande maioria das vezes mediante transferência voluntária, em geral mediante convênios com a Secretaria Especial de Políticas – SPM (e o problema é que essa modalidade “convênio” é das mais penosas e lentas, as vezes até inviável). É por isso que grande parte das ações empreendidas em políticas para as mulheres são para o enfrentamento da violência, afinal, além de ser uma demanda importante do movimento, é nessa área que a SPM dispõe do maior volume de recursos e dá sustentação a projetos em diversas localidades.

É importante estarmos atentas a oportunidades de recursos em outros ministérios, mediante checagem do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, de modo a conhecer quais são as ações orçamentárias de cada ministério que estão compromissadas com o financiamento do PNPM até 2011.

No âmbito estadual e municipal, a mobilização de recursos para garantir o desenvolvimento das políticas para as mulheres esbarra na insuficiência (quase ausência) de recursos nos orçamentos dos municípios e dos estados orientados à ações de promoção da igualdade e melhoria das condições de vida das mulheres; e na inexistência de planos governamentais de políticas para

as mulheres nos estados e municípios, capazes de mobilizar recursos locais de diferentes secretarias e comprometê-las com o financiamento dessa política.

A dificuldade na articulação de iniciativas intersetoriais (secretaria da mulher e secretaria de educação, por exemplo) ainda é muito grande, apesar do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres contemplar ações orçamentárias de vários ministérios, com recursos para serem transferidos aos estados e municípios.

A disputa política por esses recursos exige acumulação de forças. Os espaços das conferências, em âmbito nacional, estadual e municipal, são importantes para pactuar compromissos neste sentido com os governos. A construção de planos de políticas para as mulheres conectados ao Ciclo Orçamentário é estratégica. Plano sem orçamento pode ficar só no papel. Ademais, informar, municiar os conselhos para o controle social sobre o Ciclo Orçamentário pode mobilizar energia para realizar os embates dentro do próprio governo.

Um caminho é demandar iniciativas do Legislativo e do Ministério Público para fiscalizar e tornar transparente a execução do orçamento e o cumprimento dos dispositivos das leis do Ciclo Orçamentário orientados a promoção da igualdade, à maior transparência de todo o processo e à ampliação da participação social. Inclusive porque ambos (Legislativo e Ministério Público) têm responsabilidades e competência legal para tanto. A ação feminista neste campo pode

alterar, em alguma medida, a dinâmica política que, até agora, não tem evoluído no sentido de iniciativas parlamentares e de promotores para dar cumprimento a tais responsabilidades.

O debate travado na Articulação de Mulheres Brasileiras sobre o planejamento das políticas públicas e a questão do orçamento tem um sentido estratégico, que orienta a ação imediata, considerando que os recursos só se transformam em políticas na hora que estão sendo executados.

Sabemos que há um longo caminho a ser percorrido. E, apesar da fragilidade dos órgãos executivos e dos conselhos dos direitos das mulheres, o que a experiência política adquirida até agora demonstra é que,

em determinados governos - onde a gestão feminista tenha respaldo para se estabelecer enquanto tal, onde o controle social possa pautar e processar os conflitos inerentes à realidade tão desigual em que se vive, onde haja disposição para radicalizar a democracia com a participação das mulheres -, nesses contextos é possível articular e fortalecer o movimento de mulheres. É possível criar e fazer circular contradiscursos, produzir novas formulações sobre a incorporação da perspectiva de gênero ao planejamento das políticas públicas, aglutinar gente das Universidades, de ONGs, servidoras/es públicas/os da área de planejamento, especialistas e ativistas feministas, para dar conta da tarefa.

Idéias e proposições para avançar no nosso modo de atuação

Apresentamos um conjunto de reflexões e proposições para os distintos espaços de nossa atuação e para a ação do próprio movimento de mulheres indicados na plenária final do seminário de 2009.

- Construir e manter a agenda de lutas feministas que vai além das políticas públicas.
 - construir estratégia de longo prazo em torno de algumas prioridades de políticas públicas, para poder atuar sobre estas prioridades nas conferências, na gestão e no controle social, e organizar nossas as lutas em torno a estas prioridades de políticas também no âmbito da verdade;
 - nunca deixar arrefecer a atuação em nome próprio, como movimento, mesmo diante da existência de conselhos fortes e em governos de nosso campo;
- ESTRATÉGIAS APONTADAS PARA ATUAÇÃO DENTRO DOS CONSELHOS
- Contribuir para precisar o papel do Conselho a cada momento, diferenciando-o do papel da gestão e do movimento;
 - Aprofundar a noção sobre o controle social e como ele se faz fora dos espaços institucionais;
 - Elaborar estratégias para tratar, nos conselhos, as pautas ‘difíceis’ do movimento feminista;
 - Repensar continuamente a proposta dos Conselhos e reconhecer que há problemas no mecanismo que não serão resolvidos pela capacitação das conselheiras;
 - Avaliar com cautela a prática de criação de ‘casa dos conselhos’ e o estímulo a criação indiscriminada dos conselhos nos municípios como política para mulheres no plano estadual; a depender do contexto político de cada governo, é relevante cobrar a instalação deste mecanismo ou reivindicar mudança legislativa dos conselhos criados há muito tempo,
 - Ao ocupar este espaço de Conselhos, é preciso desenvolver ações de suporte político às

- representantes do movimento no Conselho criando uma agenda comum de debate no movimento para fortalecer a atuação articulada das representantes dos diferentes movimentos de mulheres neste espaço;
- Definir prioridade para as políticas a serem monitoradas;
 - Priorizar o planejamento do conselho, estrutura de funcionamento que aumente a autonomia e não atuar em conselhos que sejam não deliberativos;
 - Manter interlocução com as demais conselheiras, discutindo sobre a abordagem feminista para as políticas públicas e buscar adesões,
 - Criar e manter mecanismos de diálogo formal do Conselho com as mulheres não organizadas, em especial as usuárias dos serviços públicos, com vistas a fazer o controle da política;
 - Usar a mídia, quando necessário, para promover visibilidade ao pensamento e às posições e ações do Conselho.

ESTRATÉGIAS PARA ATUARMOS COMO FEMINSTAS NA GESTÃO/ EXECUTIVO

- Não se confundir com a sociedade civil nem travar a ação do movimento;
- Não “tirar a camisa do movimento” e evitar assumir a defesa apenas dos interesses do grupo no poder (governo);
- Questionar, no âmbito da gestão, a dominação masculina como aquilo que estrutura os insucessos dos organismos de mulheres;
- Construir alianças internas ao governo com Secretarias de Planejamento e Fazenda, considerando os estes espaços estratégicos e pessoas estratégicas nas diferentes secretarias;
- Manter diálogos e parcerias constantes com os Conselhos e Movimentos;
- Mapear potencial de aliança e dialogar com o Legislativo;
- Institucionalizar diretrizes nos PPAs ;
- Para defender proposições, embasa-se em Diretrizes e Planos Nacionais, Pactos, e ainda compromissos assumidos pelo de governos;
- Buscar intersetorialidade - Plano Intersetorial (mapeamento dos perfis de secretários/as e equipes- para ver com quem se aliar e quem neutralizar);
- Instituir Grupos de Trabalhos na gestão para discutir o problema de cada setor ou secretaria para implementar políticas para mulheres;

- Superar o problema de estruturas precárias transferindo pessoas de outras secretarias; buscar mecanismos de transparência dando acesso às informações, interna e externamente, ampliando subsídios para os movimentos fazerem pressão por melhor estrutura e orçamento das políticas para mulheres (na própria secretaria/coordenadoria e no governo como um todo);
- Garantir base de legitimidade através de estratégias de mobilização e articulação das mulheres e movimentos, demonstrando para o conjunto do governo a capacidade de convocar o movimento;
- sensibilizar continuamente a equipe interna de que é preciso defender este mecanismo,
- levar outros/as secretários/as para dialogar diretamente com as mulheres nos bairros, comunidades e com os movimentos.

QUESTÕES QUE INTERPELAM A AMB

- executar/conselhos/conferência) e considerar o papel do movimento social na luta e conquista de políticas para mulheres.
- Equacionar a relação com a militância feminista partidária - enfrentar o desafio das alianças.
- Enfrentar a análise de quando vale a pena ocupar espaços de poder na gestão e verificar até que ponto essas experiências estão fortalecendo o movimento.
- Como não estabelecer interface com os organismos executivos se eles se constituíram pela ação do movimento?
- Numa perspectiva feminista, considerar que as mudanças que propomos implicam nova forma de organização do Estado.
- Observar lacuna na interface com os órgãos judiciais.
- Como estabelecer no movimento proposições prioritárias de políticas para mulheres em nível municipal, estadual e federal?
- Como participar da gestão de maneira transformadora num ambiente de cultura política conservadora?





FOTOGRAFIAS

**SEMINÁRIO NACIONAL: AS MULHERES
NA DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
E O PROJETO FEMINISTA**

BRASÍLIA, 17 A 20 DE JUNHO DE 2009



























Participantes do debate:

Adneuse Targino de Araújo,
Carmen Silva,
Bernadete Ferreira,
Adriana Martins,
Domingas Caldas,
Dulce Silva,
Elisabete Ferreira,
Elizabeth Nasser,
Elinaide de Carvalho,
Elizabeth Saar,
Elizete da Silva,
Eneida Dultra,
Estelizabel Bezerra;
Florilena Aranha,
Gilda Cabral,
Graça Costa,
Guacira Oliveira
Ildete de Souza,
Flávia Veloso,
Francisca da Silveira,
Kátia Almeida,
Luiza Bairros,
Leide Aquino,
Leila Rebouças
Luanna Silva,
Luciana Barbosa,
Maria do Espírito Santo,

Maria de Fátima Cunha,
Maria José Basaglia,
Márcia Vieira da Silva,
Maria Betânia Serrano,
Maria das Graças de Castro,
Maria Helena da Silva,
Marileia Alves,
Marina Ravazzi
Myllena Calazans
Nilde Sousa,
Patrícia dos Santos,
Rejane Pereira,
Rivane Arantes,
Rosali Scalabrin,
Sarah Reis
Sheila da Silva,
Silvia Camurça,
Suely de Oliveira,
Sula Valongueiro,
Tânia Muri,
Terezinha Barros,
Valdênia Araújo,
Maria de Jesus Santos,
Vanda Barbosa,
Valéria Mont' Serrat,
Verônica Ferreira,
Virginia Apolinário

Números anteriores

Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas
I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres
Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Recife, 2004

Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas
Os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos
Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Recife, 2004

Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas
XIII Conferência Nacional de Saúde
Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Recife, 2007

Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas
II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres
Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Recife, 2007

Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas

Desafios para a ação do movimento de mulheres na implementação de políticas

Registro e sistematização dos debates: Sílvia Camurça e Rivane Carvalho (SOS Corpo)

Redação: Guacira César de Oliveira (CFEMEA) e Sílvia Camurça (SOS Corpo)

Edição: Paula de Andrade (SOS Corpo)

Revisão: Guacira Oliveira (CFEMEA)

Projeto gráfico: Marta Braga

Diagramação: Ars Ventura Imagem & Comunicação

Fotografias: Arquivo CFEMEA

Publicação: CFEMEA

Impressão: Gráfica Brasil

Tiragem: 5 mil exemplares

Apoio: Fundação Ford e Fundação Heinrich Boll

Sobre a AMB

A AMB é uma articulação política não partidária, que potencializa a luta feminista das mulheres brasileiras nos planos nacional e internacional. A AMB tem sua ação orientada para a transformação social e a construção de uma sociedade democrática, tendo como referência a Plataforma Política Feminista (construída pelo movimento de mulheres do Brasil, em 2002). No presente contexto, a AMB se orienta por cinco prioridades: a mobilização pelo direito ao aborto legal e seguro, a ação pelo fim da violência contra as mulheres, o enfrentamento da política neoliberal, a organização do movimento e a luta contra o racismo.

Compõem a AMB:

Articulação de Mulheres do Acre

Fórum de Entidades Autônomas de Mulheres de Alagoas

Articulação de Mulheres do Amapá

Articulação de Mulheres do Amazonas

Fórum de Mulheres de Salvador

Fórum Cearense de Mulheres

Fórum de Mulheres do Distrito Federal

Fórum de Mulheres do Espírito Santo

Fórum Goiano de Mulheres

Fórum Estadual de Mulheres Maranhenses

Articulação de Mulheres Brasileiras - RJ

Fórum de Mulheres de Mato Grosso

Articulação de Mulheres do Mato Grosso do Sul

Fórum de Mulheres da Grande Belo Horizonte

Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense

Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba

Fórum de Mulheres da Paraíba

Fórum de Mulheres do Paraná

Fórum de Mulheres de Pernambuco

Fórum Estadual de Mulheres do Rio Grande do Norte

Fórum Municipal da Mulher de Porto Alegre

Articulação de Mulheres de Rondônia

Núcleo de Mulheres de Roraima

Fórum de Mulheres de Santa Catarina

Articulação de Mulheres de São Paulo

Fórum de Mulheres de Sergipe

Articulação de Mulheres Tocantinenses

Fórum de Mulheres Piauienses

Na América Latina, a AMB integra a Articulação Feminista Marcosur e o Comitê de Mulheres da Aliança Social Continental.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS

www.articulacaodemulheres.org.br
amb@articulacaodemulheres.org.br

Secretaria Executiva da AMB:

Fórum de Mulheres Cearenses (FMC)

Cunhã – Coletivo Feminista

Coletivo Leila Diniz – Ações de
Cidadania e Estudos Feministas
Rua Major Afonso Magalhães, nº 23
Petropolis – CEP 59014-160
Natal/RN – Brasil
Telefone: +55 84 3201.9587



THE FORD FOUNDATION
(Fundação Ford)



FUNDAÇÃO
HEINRICH
BÖLL

